



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO  
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS – MPEJA**



**ROSE MARIA PEREIRA DE SOUZA BONFIM**

**HISTÓRIAS DE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DE MULHERES NEGRAS  
NO COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA- CENTRAL**

**SALVADOR, BA  
2024**

**ROSE MARIA PEREIRA DE SOUZA BONFIM**

Artigo apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) da Universidade do Estado da Bahia -UNEB.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Carla da Hora Correia

**SALVADOR, BA  
2024**

# HISTÓRIAS DE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DE MULHERES NEGRAS NO COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA- CENTRAL

**Rose Maria Pereira de Souza Bonfim  
Patrícia Carla da Hora Correia**

## RESUMO

Este artigo tem como pergunta de investigação: como se deu a trajetória formativa das merendeiras e auxiliares de limpeza que atuam como funcionárias do Colégio Estadual da Bahia – Central? Trata-se de mulheres trabalhadoras que trouxeram para a pesquisa memórias de formação que as constituem enquanto sujeitos históricos e sociais. O objetivo geral da pesquisa é compreender como se constituiu, historicamente, a trajetória formativa dessas mulheres. A metodologia adotada possui uma abordagem qualitativa, tendo a pesquisa-ação como eixo norteador para a descrição e compreensão do fenômeno investigado. Os resultados indicam que, embora ainda persistam resquícios de um modelo excludente herdado do período colonial, assim como práticas discriminatórias, houve avanços significativos no campo das políticas públicas. A pesquisa conclui que, mais do que simplesmente dar voz, é necessário escutar o que essas vozes silenciadas revelam por meio de suas ações e reflexões. A partir disso, propõe-se repensar o lugar da mulher negra trabalhadora nos diversos espaços sociais: como são ouvidas, compreendidas e valorizadas.

**Palavras-chave:** mulher negra trabalhadora; mulher negra na EJA; formação de mulheres em serviço.

## 1. INTRODUÇÃO

As linhas traçadas na cabeça, desenharam os caminhos da liberdade, nas tranças nagô. Mapas das linhas das matas, das vielas, das favelas. Pra quem foge do capitão, pra quem joga capoeira no chão. (CONGADAR, 2023)

As trilhas desse artigo irão mostrar as histórias e memórias de mulheres negras que aprenderam e aprendem com os ancestrais, as experiências, as vivências, as curvas que a estrada revela. Os traçados caminhados são semelhantes às belas tranças de minhas e meus ancestrais, que mostravam as rotas para a liberdade. “As tranças Nagô eram utilizadas para desenhar rotas de fuga para os quilombos.” (RIBEIRO, 2020, p.01). Assim como as negras escravizadas desenhavam os caminhos de fuga nas cabeças com as tranças Nagô, os caminhos da pesquisa serão desenhados com entrelaçamentos teóricos e epistemológicos, convidando os leitores a se implicarem em um deslocamento inclusivo, por meio da pesquisa-ação.

O artigo, portanto, conduzirá o leitor a uma breve caminhada pelas trilhas construídas pelos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sujeitos que, ao passarem, deixaram marcas que contribuíram para o deslocamento de outros, fortalecendo e ampliando sua concepção, compreensão e ciência acerca dos pressupostos históricos da EJA, seus avanços e os impactos na formação dos sujeitos — em especial das mulheres negras trabalhadoras.

Nesse processo, será também discutida a compreensão da Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida (EALV), entendida como um direito fundamental, transversal à vida e à diversidade dos sujeitos. A EJA e a EALV se entrelaçam à medida que ambas se propõem a garantir o acesso à educação para diferentes faixas etárias e contextos sociais, mediando os sujeitos tanto para o mundo do trabalho quanto para uma formação crítica, emancipadora e contínua.

Portanto, reitera-se a importância de retomar o debate da EALV estabelecido a partir da 6ª Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI), realizada em 2009, em Belém do Pará, a qual destacou a necessidade de políticas públicas voltadas à educação de adultos, considerando as especificidades locais e a diversidade cultural. A partir dessa perspectiva, este artigo assume o compromisso de contribuir com a construção de novas rotas formativas — rotas que, como as tranças, entrelaçam memória, resistência, ancestralidade e futuro.

Ao longo da vida, jovens e adultos estiveram sempre aprendendo e, portanto, detêm saberes que não podem ser ignorados. Seus saberes podem dialogar, produtivamente, portanto, com o currículo da escola, reconsiderando tempos de aprendizagem, formas de organização. Articular saberes cotidianos de jovens e adultos a saberes técnicos e científicos sistematizados numa perspectiva de emancipação põe-se como desafio para o currículo da EJA. (BRASIL, 2009, p. 34).

Ao se discutir a EJA em articulação com a EALV, como campos do conhecimento, reconhece-se que elas transitam entre dimensões ideológicas e produções intelectuais. Esse entrecruzamento reflete a complexidade dos sujeitos que compõem esse público: pessoas atravessadas por questões sociais, políticas, históricas, de gênero e raça, o que suscita múltiplas problematizações e exige abordagens educativas sensíveis e críticas. Dessa forma, ambas ocupam um lugar de grande relevância no cenário educacional, não apenas por seu caráter compensatório, mas por seu potencial emancipador. Como afirma Arroyo (2021), esses sujeitos carregam marcas de exclusão, mas também de resistência, e é nesse contexto que a educação

deve ser compreendida como direito e como prática de liberdade, exigindo o reconhecimento de suas histórias e saberes.

A história do pensamento pedagógico desde a colonização e desde o trato dos trabalhadores como escravos, e não como humanos, foi marcada e continua marcada por não pensar os trabalhadores, sobretudo do campo, como educáveis, mas apenas como alfabetizáveis, Letráveis nas escolas das primeiras letras do Império ou nos programas de alfabetização na idade certa na Nova República, ou como alfabetizáveis da idade incerta da EJA. O pensamento pedagógico como que se definem diretrizes e escolarização-letramento elementar para os trabalhadores não incorpora como matriz o direito à educação formação-humana plena, mas apenas a letramentos. (ARROYO, 2021, p.80)

A defesa do direito à educação é assegurada pela Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF), nossa Carta Magna. No seu artigo 205, estabelece-se que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Esse direito é universal e inalienável, devendo ser garantido a todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, orientação sexual, condição social ou crença religiosa. A legislação brasileira, ao regulamentar o sistema educacional, reforça esse compromisso com a equidade e a inclusão. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN) fortalece esse direito ao prever a oferta da EJA como uma possibilidade de formação ao longo da vida, reconhecendo a necessidade de atender sujeitos que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou continuidade nos estudos em idade regular. Como destaca Moraes, a LDBEN também abre caminhos para que essa oferta se dê em diferentes formatos, respeitando as especificidades dos educandos e contribuindo para uma educação mais democrática e acessível.

De fato, o conceito de educação ao longo da vida conferia centralidade à educação tanto em termos pedagógicos quanto como objeto de políticas sociais, ou seja, como direito humano básico, responsabilizando o Estado pela garantia das condições de igualdade de oportunidades. O bem comum e a solidariedade assumem o protagonismo nas recomendações da Comissão, que reafirmam concepções historicamente defendidas por educadores democráticos (como, por exemplo, entre nós, Anísio Teixeira e Paschoal Leme), os quais, na vertente do filósofo John Dewey, insistem na circunstância de que ‘aprender a ser’ significa ‘aprender a viver’, e de a educação representar a chave de uma democracia participativa. (MORAES, 2006, p.396)

Compreender os caminhos que constituíram as histórias de vida dos sujeitos da pesquisa, por meio da escuta de suas memórias, possibilita refletir sobre os percursos formativos que

trilharam e os impactos desses trajetos em sua formação humana e escolar. Diante dessa problemática, a pergunta de investigação que norteia este estudo é: Como se deu o processo formativo das merendeiras e auxiliares de limpeza que são funcionárias do Colégio Estadual da Bahia – Central?

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é compreender como se constituiu, historicamente, a trajetória formativa das mulheres que atuam como merendeiras e auxiliares de limpeza no Colégio Estadual da Bahia – Central.

Os objetivos específicos são: Identificar os percursos trilhados pelas protagonistas da pesquisa e seus processos formativos, à luz dos pressupostos teóricos e epistemológicos da EJA; discutir os processos formativos da mulher negra na história brasileira, considerando os atravessamentos de gênero, raça e classe; e analisar os impactos dos processos formativos na vida das merendeiras e auxiliares de limpeza do Colégio Estadual da Bahia – Central.

O que motivou a trilhar os caminhos desta pesquisa foi a história de vida da minha mãe e de minhas tias — todas mulheres negras, nascidas no interior da Bahia — que, ainda na adolescência, foram enviadas para a capital do estado com o objetivo de trabalhar como empregadas domésticas. Algumas delas seguiram para outros estados do país, entre eles o Rio de Janeiro. Todas vivenciaram experiências marcadas pela exclusão, descaso, humilhação e inúmeras carências.

Essa pesquisa também propõe um letramento racial, ao analisar o racismo estrutural e suas implicações. Essa análise evidencia a ausência do Estado e a exploração histórica por parte de setores sociais que sempre se beneficiaram da mão de obra gratuita ou mal remunerada das mulheres negras — muitas delas atuando como empregadas domésticas, privadas de acesso à educação formal e de uma vida digna. O reconhecimento legal de seus direitos trabalhistas só foi efetivado em 2015, por meio da Emenda Constitucional 72/2013 e da Lei Complementar 150/2015, muito tempo após a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que já assegurava tais direitos a outras categorias profissionais.

A escuta das narrativas de mulheres negras que atuam como merendeiras e auxiliares de limpeza no Colégio Central da Bahia, por meio da pesquisa-ação, pretende revelar os traçados que a vida lhes permitiu construir, as estratégias adotadas e as novas rotas possíveis a partir dessa escuta. Os registros dessas histórias serão entrelaçados com as conquistas das minorias

sociais, refletidas na formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão — em especial, no campo das políticas educacionais.

A pesquisa-ação se mostra adequada a esse trabalho, pois permite ao pesquisador imergir no universo investigado, estabelecendo uma relação direta e interativa com os sujeitos. A convivência no cotidiano das mulheres pesquisadas possibilita uma compreensão mais profunda de suas vivências. Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas e observações na área de atuação de cada uma delas. A análise dos dados contou com encontros regulares entre a pesquisadora e as participantes, proporcionando um espaço de escuta e reflexão compartilhada.

Thiollent (2005, p. 16) define a pesquisa-ação como uma investigação de base empírica, realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, na qual os participantes representativos da situação ou do problema estão diretamente envolvidos. Assim, ao adotar essa metodologia, são considerados os aspectos sociais e políticos que envolvem os sujeitos da pesquisa. A entrevista individual foi o principal dispositivo de coleta, inspirada nos caminhos metodológicos do projeto *Ponte de Palavras*, da Fundação Dom Avelar, que atuou com jovens, no ano de 2014, em Salvador, Bahia.

O campo da pesquisa-ação é o Colégio Estadual da Bahia — também conhecido como Colégio Central —, instituição quase bicentenária, localizada no centro histórico de Salvador, em uma área de fácil acesso, próxima às estações de ônibus e do metrô da Lapa. O colégio tem uma longa trajetória de contribuições para a educação e a cultura baiana e brasileira, tendo entre seus ex-alunos personalidades como Carlos Marighella, Aristides Maltez, Glauber Rocha, Pirajá da Silva, Cid Teixeira, Antonio Carlos Magalhães, Calazans Neto, Waldir Pires, Ubiratan Castro e Lídice da Mata.

É nesta “senhora escola”, em todos os sentidos que essa expressão evoca, que esta pesquisa será realizada — um lugar repleto de memórias, muitas delas ligadas às lutas históricas da Bahia e do Brasil, hoje inscritas nos anais da nossa história. Nesse espaço de tantas conquistas, escutaremos as memórias das mulheres negras que o mantêm limpo, preservado e alimentam, diariamente, os futuros “Marighellas”, “Aristides”, “Glaubers” e tantos outros anônimos que traçarão novas rotas com as mãos trançadas pelas que vieram antes.

As categorias centrais da pesquisa são: *mulher negra trabalhadora*, *mulher negra na EJA e formação de mulheres em serviço*. Para discutir os fundamentos legais da EJA e sua relação com a inclusão de mulheres trabalhadoras no processo de formação continuada, dialogamos com autores como Arroyo (2021) e Freire (1987, 1996, 2011, 2022). Para a reflexão sobre a mulher negra e seu processo de formação, destacam-se Duarte (2020), Davis (2011), Ribeiro (2017) e Santos (2020). A base metodológica tem como principal referência Thiollent (2005), enquanto a categorização dos dados segue o pensamento de Pereira (2019).

Este artigo está organizado em cinco seções. A primeira apresenta a introdução, com a motivação da pesquisa, o problema investigado, os objetivos, o campo empírico, os sujeitos e os principais autores que fundamentam o percurso metodológico e teórico. Toda essa seção é permeada pela metáfora das tranças nagô, que simbolizam os caminhos de fuga desenhados pelas mulheres negras escravizadas — e, agora, os caminhos de resistência e memória nesta pesquisa.

A segunda seção discute os pressupostos teóricos e epistemológicos da EJA, seus avanços e impactos na formação dos sujeitos, especialmente na vida das mulheres negras trabalhadoras. A terceira seção investiga os processos formativos da mulher negra ao longo da história, sua inserção no mercado de trabalho e a perpetuação da exploração por meio de novas formas de escravização. A quarta seção descreve a trajetória metodológica adotada, caracterizando o perfil das mulheres negras participantes — merendeiras e auxiliares de limpeza do Colégio. Por fim, a quinta seção apresenta os resultados da pesquisa e propõe encaminhamentos possíveis, à luz das escutas e reflexões partilhadas.

## **2. OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA EJA**

Para situarmos o leitor sobre o público da pesquisa, apresentamos dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, o índice de analfabetismo entre pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais foi de 7,4%, enquanto entre pessoas brancas o percentual foi menos da metade, 3,4%. Quando analisamos especificamente as mulheres negras dessa faixa etária, o índice foi de 5,4%, enquanto entre os homens negros chegou a 5,9%, números ainda alarmantes para o contexto histórico atual.

Considerando o expressivo número de mulheres negras em ocupações de baixo reconhecimento social, com baixa escolarização e, conseqüentemente, baixos salários, esta pesquisa se propõe, por meio da pesquisa-ação, a investigar as histórias de mulheres que atuam como auxiliares de limpeza e merendeiras. O objetivo é identificar seus percursos históricos e incentivar a construção de novas trajetórias, por meio de um processo formativo que será desenvolvido a partir da escuta sensível de suas narrativas.

Inspiramo-nos na concepção de *escrevivência*, termo cunhado por Conceição Evaristo (2020), que traduz a escrita das vivências de mulheres negras e tem o poder de apagar ou ressignificar as marcas deixadas em seus corpos por um passado de escravidão. É a partir dessa perspectiva que buscamos registrar as narrativas das participantes, resgatando suas histórias e memórias.

Também dialogamos com as reflexões de Silva (2003), que aponta como as mulheres negras precisam de muito mais esforço para alcançar cargos mais valorizados socialmente, o que frequentemente interfere em suas rotinas familiares, na qualidade de vida com seus filhos e parceiros, e impõe uma luta diária para provar sua competência no ambiente de trabalho.

As mulheres negras, silenciadas nas senzalas, nas casas dos patrões, em seus próprios lares e na sociedade, são aqui convidadas ao empoderamento de suas memórias. Ribeiro (2017), ao discutir o *lugar de fala*, resgata vozes historicamente silenciadas e provoca reflexões que buscam romper com a escravidão das subjetividades — uma escravidão que persiste até hoje, por meio do silenciamento imposto por pessoas com maior poder aquisitivo, escolaridade e status social.

Desse modo, tratar do processo formativo dessas mulheres significa promover sua autonomia e empoderamento. Para Freire (2015), na *Pedagogia da Autonomia*, aprender é um processo de crescimento constante, fruto de uma busca por realização pessoal. É a partir dessa premissa que esta pesquisa constrói seus caminhos.

Segundo Santos (2020), é urgente reinventar os corpos e dar voz aos sujeitos invisibilizados, enfrentando as múltiplas violências que afetam suas histórias, corpos e modos de ser. A pesquisa, portanto, também se propõe a discutir a inclusão de mulheres negras no mercado de trabalho, promovendo qualificação, empoderamento e ressignificação de suas trajetórias.

Para Correia (2013), a inclusão se dá em diferentes contextos, sem depender exclusivamente de normas ou equilíbrios formais. Essas reflexões nos remetem ao modelo de sociedade que temos: uma estrutura racista que molda comportamentos, discursos, acessos e estruturas sociais. Nesse sentido, Almeida (2019), ao discutir o racismo estrutural, aponta como esse sistema contribui para o empobrecimento e adoecimento da população negra, especialmente devido à baixa escolarização e à consequente inserção em postos de trabalho de baixa remuneração e escasso reconhecimento social.

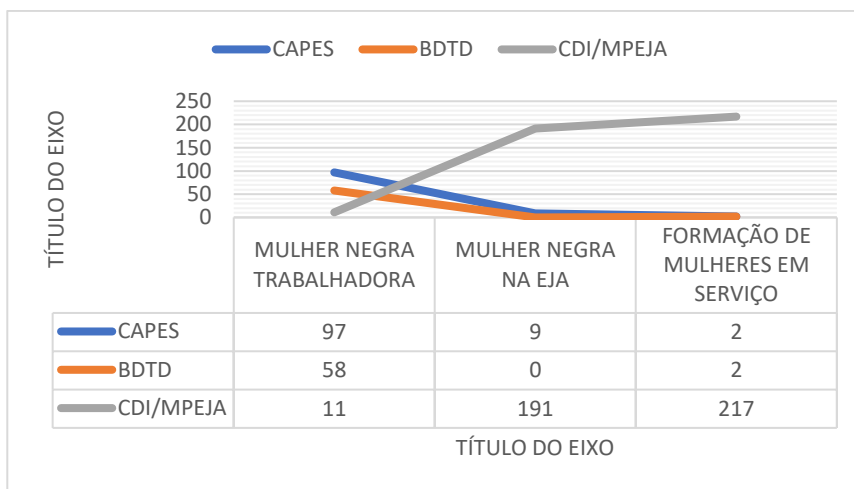
## 2.1 SEGUINDO ALGUMAS TRILHAS DE PESQUISAS COM AS MULHERES NEGRAS

Assim como as tranças nas cabeças do povo preto traçam caminhos diversos, os percursos da Educação de Jovens e Adultos também seguem rotas múltiplas. E, como muitas estradas têm nome, as pesquisas na EJA também nomeiam seus itinerários para qualificar suas investigações. Dentre essas rotas, destacamos três categorias recorrentes: Mulher negra trabalhadora, Mulher negra na EJA e Formação de mulheres em serviço.

Essas categorias, identificadas no desenvolvimento desta pesquisa, estão presentes em diversas teses e dissertações voltadas ao campo epistemológico da EJA. Para o levantamento de dados, foram consultadas três bases nacionais: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Centro de Documentação e Informação (CDI) do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Foram utilizados três descritores de busca: Mulher negra trabalhadora, Mulher negra na EJA e Formação de mulheres em serviço.

A seguir, será apresentado um gráfico de autoria própria com os dados coletados, abrangendo o período de 2014 a 2024, fornecendo um panorama longitudinal sobre as ocorrências desses descritores nas produções acadêmicas.

**Gráfico 1- Trilhas da pesquisa com as mulheres negras**



**Fonte: Elaborado pela autora (2024)**

Nos levantamentos realizados na base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando o descritor *Mulher negra trabalhadora*, foram encontrados 97 trabalhos, distribuídos da seguinte forma: 9 de mestrado profissional, 74 de mestrado acadêmico e 14 de doutorado. Para o descritor *Mulher negra na EJA*, foram identificados 9 trabalhos, distribuídos em 6 de mestrado profissional e 3 de mestrado acadêmico, com ocorrências em apenas seis dos dez anos considerados nesta pesquisa. Já com o descritor *Formação de mulheres em serviço*, foram encontrados trabalhos apenas em dois dos anos analisados, totalizando 2 produções, sendo 1 de mestrado e 1 de doutorado.

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o descritor *Mulher negra trabalhadora* resultou em 58 trabalhos, dos quais 47 são de mestrado e 11 de doutorado. Para o descritor *Mulher negra na EJA*, não foi identificado nenhum trabalho registrado. No que se refere ao descritor *Formação de mulheres em serviço*, foram localizados 2 trabalhos, sendo 1 de mestrado e 1 de doutorado.

No banco de dados do Centro de Documentação e Informação (CDI) do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), foram encontrados 11 trabalhos com o descritor *Mulher negra trabalhadora*, 191 trabalhos com o descritor *Mulher negra na EJA* e 217 trabalhos com o descritor *Formação de mulheres em serviço*. Como se trata de um mestrado profissional, todos os trabalhos são provenientes desse formato de pós-graduação.

As trilhas de pesquisa envolvendo mulheres negras revelam que, entre os três bancos de dados analisados, a CAPES concentra o maior número de trabalhos com o descritor *Mulher negra trabalhadora*, superando a BDTD e o MPEJA. Quando o foco é *Mulher negra na EJA*, o MPEJA apresenta um número expressivo de trabalhos, muito superior ao da CAPES e contrastando com a ausência completa de registros na BDTD. Da mesma forma, o descritor *Formação de mulheres em serviço* também apresentou uma presença significativa de estudos no MPEJA, em comparação com os números modestos da CAPES e da BDTD.

Esses dados revelam que, embora exista um volume considerável de pesquisas sobre mulheres negras, as abordagens que tratam de suas trajetórias formativas no serviço, sua inserção na EJA e sua vivência como trabalhadoras ainda são pouco exploradas. Isso evidencia a existência de um campo fértil para futuras investigações acadêmicas, que podem aprofundar e diversificar os olhares sobre essas temáticas fundamentais.

### **3. AS TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS DO COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA- CENTRAL**

Seguindo as trilhas da pesquisa, o campo investigativo escolhido foi um espaço carregado de memórias e significados: o Colégio Estadual da Bahia – Central, antigo Ginásio da Bahia, localizado na cidade de Salvador. Trata-se de uma instituição quase bicentenária, voltada para o ensino médio, que se destaca tanto pela sua tradição quanto por sua contribuição para a formação de nomes relevantes da história baiana e brasileira. Entre seus ex-alunos encontram-se personalidades de destaque nas áreas da cultura, ciência e política, como Carlos Marighella, Aristides Maltez, Glauber Rocha, Pirajá da Silva, Cid Teixeira, Antonio Carlos Magalhães, Calazans Neto, Waldir Pires, Ubiratan Castro e Lídice da Mata, entre outros.

O Colégio Central tem, em sua trajetória, um histórico de pioneirismo. Foi a primeira escola a permitir turmas mistas, tornando-se símbolo da luta por igualdade de gênero no ambiente escolar. Durante a Ditadura Militar instaurada com o golpe de 1964, a escola também se destacou como espaço de resistência, com significativa parte de sua comunidade engajada nas mobilizações contra as violações dos direitos civis. Por isso, o Colégio Central ocupa um lugar importante nos anais da história educacional e política da Bahia e do Brasil.

Foi nesse cenário rico em lutas e conquistas que se realizou a pesquisa-ação, ouvindo as memórias de mulheres negras que ocupam esse espaço não como alunas nem como docentes, mas como trabalhadoras responsáveis pela limpeza, conservação e alimentação dos estudantes – mulheres que, de maneira silenciosa, também contribuem para o futuro de novos "Marighellas", "Aristides", "Glaubers" e tantos outros que por ali passam, sejam eles reconhecidos ou anônimos.

A pesquisa teve início com uma **fase exploratória**, cujo objetivo foi identificar o problema de investigação. Para isso, foram realizadas reuniões com a gestão da escola, observações diretas no lócus da pesquisa e conversas individuais com as participantes. Nessa etapa, buscou-se construir um vínculo de confiança, informando os objetivos da pesquisa e obtendo as devidas autorizações para participação.

Em seguida, elaboraram-se **entrevistas semiestruturadas**, aplicadas individualmente com cinco mulheres trabalhadoras da escola que consentiram em compartilhar suas vivências. A fim de garantir o anonimato, todas foram identificadas por pseudônimos de mulheres negras que marcaram a história, com ênfase em personalidades brasileiras. As questões abordaram aspectos do processo formativo e da trajetória profissional das participantes, oferecendo subsídios fundamentais para a próxima etapa da análise.

Durante a coleta de dados, realizada de forma individual, emergiram relatos marcantes: as trabalhadoras não concluíram seus estudos no tempo regular previsto, tendo retornado à escola apenas na vida adulta, muitas vezes por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Suas histórias são atravessadas por processos de negação e interrupções educacionais, mas a participação na pesquisa também despertou, em algumas, a possibilidade de reimaginar e ressignificar suas trajetórias.

### 3.1 UM TRANÇADO METODOLÓGICO: POR CAMINHOS FORMATIVOS

As entrevistas seguiram uma estratégia cuidadosamente planejada. Inicialmente, foi apresentado a cada participante o objetivo da pesquisa. Em seguida, perguntou-se se aceitavam participar da entrevista. Após o consentimento, foi informado que suas identidades seriam preservadas por meio do uso de pseudônimos, escolhidos entre nomes de mulheres negras que fazem parte da história brasileira. Para isso, foram oferecidas tarjetas contendo o nome, a

fotografia e um breve resumo da trajetória de cada uma dessas personalidades. Cada entrevistada pôde escolher a figura histórica com a qual mais se identificava, passando assim a ser representada por esse pseudônimo ao longo da pesquisa. As personalidades negras sugeridas foram as seguintes:

**Quadro 1- Personalidades negras**

NOME	PROFISSÃO / FUNÇÃO	MINIBIOGRAFIA
Antonieta de Barros	Deputada Estadual	Uma das três primeiras mulheres eleitas no Brasil. A única negra. Em Santa Catarina, no ano 1934 foi eleita como deputada estadual.
Benedita Sousa da Silva Sampaio	Deputada Federal	Formada no curso de Serviço Social, foi militante na Associação de Favelas do Rio de Janeiro, também atuou como professora e auxiliar de enfermagem.
Carolina Maria de Jesus	Escritora	Filha ilegítima de um homem casado e foi maltratada durante toda sua infância. Aos sete anos, sua mãe a obrigou a frequentar a escola.
Conceição Evaristo	Escritora	Homenageada como Personalidade Literária do Ano pelo Prêmio Jabuti 2019 e vencedora do Prêmio Jabuti 2015.
Djamila Taís Ribeiro dos Santos	Ativista Brasileira	A voz da atualidade em defesa dos negros e das mulheres. Filósofa, ativista social, professora e escritora, Djamila corajosamente denuncia a violência e a desigualdade social .
Esperança Garcia	Escravizada	No dia 6 de setembro de 1770, no interior do Piauí, uma escrava jovem, de 19 anos de idade, escreveu, de próprio punho, uma carta para o presidente da província de São José do Piauí, denunciando os maus tratos e reivindicando o que lhe era direito. A carta era assinada por Esperança Garcia
Fátima Santiago		Tem formação em Ginecologia e Obstetrícia e pós-graduação em medicina do trabalho. Implementou um trabalho de prevenção do câncer de colo uterino, em Alagoas, nas comunidades carentes, quando ainda era estudante de medicina
Jurema Batista	Deputada Estadual	Começou a carreira política como presidente da Associação de Moradores do Andaraí, no Rio de Janeiro, no ano de 1979. Ela é formada em português e literatura pela Universidade Santa Úrsula.
Maria Olívia Santana	Deputada Estadual	Nasceu na capital, Salvador, em uma comunidade no Alto de Ondina. Já trabalhou como doméstica, foi professora, militante do movimento de mulheres negras brasileira.
Maria do Rosário de Fátima B. Rodrigues	Presidente da Comissão de Assuntos de Interesse da Mulher e membro da Comissão dos Direitos Humanos.	Nasceu na cidade de União – PI. É bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí.
Margareth Menezes da Purificação Costa	Cantora e Ministra da Cultura	Nasceu em Salvador. Filha de Dona Diva, uma costureira e doceira. Aceitou o convite para compor o Ministério da Cultura.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para dialogar com as histórias e memórias formativas dos sujeitos da pesquisa, discutimos juntamente com Arroyo (2021, p. 207), com as suas investigações sobre memórias, em Passageiros da Noite.

“[...] “o que levamos da vida é o nosso nome e nossa dignidade”, repetia uma mãe negra para seus filhos. A pergunta inevitável quando trabalhamos essas memórias é em que medida esse futuro lutado por seus avós, seus antepassados pobres, negros, mulheres, camponeses, em que medida o sonho-luta, conquista de um futuro melhor, mais digno se realiza no presente dessas crianças, adolescentes, seus netos, bisnetos ou filhos. O futuro sonhado tornou-se presente nos herdeiros de sua memória?”

Refletir sobre o futuro tão almejado exige, antes, um olhar atento aos passados das participantes que contribuíram com esta pesquisa. São mulheres negras, trabalhadoras, que diariamente enfrentam jornadas intensas para sustentar suas famílias e preservar sua dignidade enquanto cidadãs brasileiras. Moradoras de bairros populares da cidade de Salvador, essas mulheres vivem sob o impacto de políticas de segurança que impõem toques de recolher — uma realidade cada vez mais presente nas grandes capitais, sobretudo nas periferias.

Essas trabalhadoras realizam seus deslocamentos diários entre casa e trabalho por meio de transportes coletivos, como ônibus e metrô. Parafraseando Arroyo (2021, p. 21), elas são as verdadeiras passageiras do dia: “[...] filas desses mesmos adultos, jovens, adolescentes esperando os ônibus desses centros para os bairros, favelas, vilas. Deslocamentos noturnos do trabalho [...]”. São mulheres que carregam em suas trajetórias de vida memórias marcadas por lutas, desafios e pelas exigências que recaem sobre os corpos e as vidas das mulheres negras.

As participantes entrevistadas têm entre 27 e 58 anos de idade. Todas são casadas ou possuem companheiros; todas têm filhos, e algumas já são avós. Entre as mais velhas, os filhos já trabalham e seguem suas próprias rotinas de vida. No início da pesquisa, foi apresentado a cada uma delas um conjunto de fichas com fotografia, nome e um breve histórico de mulheres negras que representam símbolos de luta, empoderamento, criatividade, resistência, inovação e pioneirismo. A proposta era que, ao se depararem com essas histórias, as entrevistadas se identificassem com alguma das figuras apresentadas e escolhessem livremente o pseudônimo com o qual seriam representadas na pesquisa.

Após a definição das participantes, deu-se início ao processo de categorização dos principais pontos abordados nas entrevistas. Esse processo incluiu a elaboração de um questionário semiestruturado e a realização de observações participantes, o que permitiu uma compreensão mais profunda das experiências relatadas.

**Quadro 2- Perfil das entrevistadas**

ENTREVISTADAS	IDADE	COR/RAÇA	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO / FUNÇÃO
Benedita Sousa da Silva Sampaio	54	negra	Ensino médio completo	Aux. Limpeza
Fátima Santiago	47	negra	Ensino médio completo	Aux. Limpeza
Djamila Ribeiro	49	negra	Quinto semestre de Letras(incompleto)	Aux. Limpeza
Esperança Garcia	27	negra	Ensino médio completo	Aux. Cozinha
Maria do Rosário de Fátima B. Rodrigues	58	negra	Técnica de enfermagem	Aux. Limpeza

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para a análise das entrevistas, as respostas foram organizadas em dois blocos temáticos: **identidade racial e escolarização, formação e trabalho**. Em diversos momentos, os relatos referentes ao trabalho se entrelaçam com as experiências formativas, demonstrando que essas dimensões da vida das participantes são indissociáveis. Optou-se, portanto, por manter essas intersecções no texto, pois sua separação comprometeria a coerência e a integridade dos relatos. Assim, seguimos pelas trilhas das histórias de vida dessas mulheres trabalhadoras, respeitando o modo como constroem suas narrativas e revelam suas vivências.

### 3.2.1 IDENTIDADE RACIAL E ESCOLARIZAÇÃO

A presente pesquisa entrevistou cinco mulheres que atuam como merendeiras e auxiliares de limpeza no Colégio Estadual da Bahia – Central. Todas responderam a um roteiro composto por vinte e oito questões, sendo a primeira referente ao quesito cor/raça. Todas se autodeclararam negras. Para compor um breve perfil das participantes, coletamos informações sobre idade, escolaridade e a função que exercem na instituição.

As entrevistas foram conduzidas com sensibilidade, começando por perguntas sobre idade e autodeclaração racial, sempre com base na definição do IBGE de 1991, que define a população negra como um conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, para garantir uma abordagem respeitosa. As participantes também escolheram pseudônimos de mulheres negras representativas, o que enriqueceu a análise simbólica dos dados.

**Benedita da Silva**, por exemplo, escolheu esse nome em homenagem à trajetória política e militante da parlamentar carioca, reconhecida por sua origem humilde. Ao se autodeclarar “negona”, expressou com orgulho e empoderamento uma identidade forte e

consciente. Benedita concluiu o ensino médio aos 21 anos, interrompendo os estudos anteriormente devido à necessidade de trabalhar após a morte do pai, assumindo o cuidado dos irmãos. Apesar de não ter ingressado no ensino superior, expressa o desejo de cursar Serviço Social. Relatou ter participado de diversas formações no ambiente escolar e em experiências anteriores como cozinheira. Quando perguntada se o fato de ser mulher impactou sua trajetória formativa, ela atribui as interrupções mais à responsabilidade familiar do que ao gênero em si. Sobre a cor/raça, afirmou que depende do contexto e das pessoas com quem se convive.

A fala de Benedita encontra eco nas palavras de Pereira (2019, p.67), ao refletir sobre os sacrifícios feitos pelas mulheres negras, que muitas vezes assumem sozinhas o sustento da casa, mesmo diante das adversidades impostas pelo racismo estrutural e pela desigualdade social.

A segunda entrevistada, **Fátima Santiago**, de 47 anos, também se autodeclara negra e concluiu o ensino médio em Administração. Interrompeu os estudos durante a gravidez e os retomou aos 25 anos. Seu desejo atual é cursar Gastronomia, apesar das dificuldades financeiras. Fátima acredita que a condição de mulher negra não influenciou negativamente sua trajetória formativa e adota um discurso meritocrático ao afirmar que o esforço individual é suficiente para alcançar conquistas. Essa percepção, no entanto, revela como parte da população negra foi levada a internalizar a ideia de que é individualmente responsável por superar obstáculos impostos por um sistema desigual.

Essa naturalização da exclusão é criticada por Arroyo (2021, p.107), ao afirmar que o reconhecimento da dignidade dos negros e pobres depende, muitas vezes, de sua escolarização — como se apenas através da educação formal fossem merecedores de direitos humanos.

A entrevista com **Djamila Ribeiro**, 49 anos, também revelou dados significativos. Auxiliar de serviços gerais, cursou até o quinto semestre de Letras com Libras e deseja retornar para atuar na educação inclusiva. Para Djamila, sua cor/raça não impediu seu acesso à formação, mas o fato de ser mulher teve impacto. Ela observa que a sociedade ainda associa a mulher à função doméstica, e que, ao dizer que trabalha em escola, muitos assumem que ela é professora — desconsiderando outras funções igualmente fundamentais, como limpeza e alimentação. Djamila reafirma seu desejo de se reconhecer e ser reconhecida socialmente em espaços para além do estereótipo da servidão, reforçando os apontamentos de Nascimento (2022), que denuncia a histórica associação da mulher negra ao lugar de serviço.

**Esperança Garcia**, 27 anos, casada e mãe de dois filhos, também se autodeclara negra. Não deu continuidade à escolarização, mas expressa desejo de cursar Psicologia. Quando questionada sobre o que a impediu de seguir, respondeu: “falta de interesse”. No entanto, reconhece que sua condição de mulher negra teve impacto em sua trajetória: “fomos privadas de tanta coisa, é hora de mostrar que somos capazes”. Suas palavras ressoam nas reflexões de Nascimento (2022, p.148), que aponta a importância do legado ancestral como força propulsora para a superação das dificuldades impostas às mulheres negras. Ainda assim, a ausência de redes de apoio e políticas públicas consistentes dificulta que esse desejo se traduza em ação.

Por fim, **Maria do Rosário**, 58 anos, apresenta uma trajetória marcada por conquistas acadêmicas e frustrações institucionais. Com formação técnica em enfermagem, radiologia e eletromedicina, Maria foi aprovada em concurso público, mas jamais chamada para tomar posse, o que gerou profunda desilusão e resultou em um episódio depressivo. Posteriormente, foi realocada para funções de limpeza em escolas, mesmo tendo formação para áreas administrativas. Relata ter sofrido perseguições, mudanças constantes de função e ambientes de trabalho hostis. Apesar disso, encontrou apoio em pessoas que reconheceram seu valor, o que contribuiu para a preservação de sua saúde mental. Como apontam Zanella e Silva (2012, p.7), há uma prevalência de transtornos mentais em mulheres, especialmente aquelas excluídas do mercado formal, com baixa escolaridade e submetidas a condições adversas de trabalho.

Ao analisar os relatos dessas cinco mulheres, nota-se que nem sempre está claro para elas os impactos negativos que o racismo e o sexismo exercem sobre suas vidas pessoais e profissionais. Muitas interpretam suas dificuldades como falhas individuais, o que reforça a importância do letramento racial e de espaços de escuta e reflexão. Os dados do IBGE, apresentados ao longo do estudo, demonstram que mulheres negras têm níveis mais baixos de escolarização em comparação com mulheres brancas e homens em geral. Quando colocamos esses dados em diálogo com os relatos, fica evidente a necessidade de divulgar essas informações e desenvolver estratégias educativas que enfrentem essa realidade histórica de exclusão.

### 3.3 FORMAÇÃO E TRABALHO

As respostas de Benedita revelam uma realidade dura e recorrente: sua profissão atual não foi fruto de uma escolha, mas da ausência dela. Com um sorriso resignado, ela nos diz: “Falta de escolha, já trabalho nela há quatorze anos”. Quando perguntada se gosta do que faz, responde: “Aprendi a gostar”. Ao discutir suas expectativas profissionais, sua resposta é preocupante: “Quando você está na escola para trabalhar não adianta você dizer: sei fazer isso, eu sei fazer aquilo, porque ele já tem os próprios funcionários dele para trabalhar”.

A fala de Benedita aponta para a invisibilidade e a estagnação vivida por muitas trabalhadoras em funções operacionais no serviço público. Seu relato nos convida a refletir sobre a rigidez dos postos de trabalho e sobre como os espaços institucionais limitam o potencial humano, ao invés de reconhecê-lo e desenvolvê-lo. Até que ponto esses espaços têm possibilitado que suas funcionárias sejam mais do que os cargos que ocupam? Como o serviço público pode evitar reproduzir um modelo escravocrata, em que os trabalhadores são apenas peças de reposição funcional?

A história de Fátima Santiago segue uma lógica semelhante. Quando questionada sobre sua função, responde: “Serviços gerais”. Ao ser perguntada se trabalha por escolha, responde prontamente: “Por falta de escolha”. Ela responsabiliza a si mesma por sua trajetória, dizendo: “Porque minha mãe deu tudo a gente, eu que não corri atrás, então agora me arrependo”. Há, em suas palavras, um forte sentimento de culpa individual, descolado de uma análise das estruturas sociais que cerceiam as possibilidades de ascensão para mulheres como ela.

A análise precisa considerar: o que significa “ter tudo” em um contexto de vulnerabilidade social? FREIRE (1987) nos lembra que a educação é sempre uma construção coletiva, mediada pelas condições do mundo em que o sujeito está inserido. O “tudo” dado pela mãe de Fátima precisa ser lido à luz da equidade, do acesso a políticas públicas, e do suporte institucional que, claramente, faltaram. A responsabilização individualizada desconsidera o papel fundamental do Estado na garantia de condições equânimes para o desenvolvimento humano.

Fátima conclui seu relato expressando um desejo legítimo de reconhecimento: gostaria de liderar uma equipe, pois entende que, mesmo na limpeza, há competência e valor. Sua crítica

é contundente: “Acha que porque é serviços gerais não tem valor nenhum. Porque se não fosse nós, ninguém ia trabalhar”. Essa fala remete ao pensamento de FREIRE (1987), que reflete sobre o desejo do oprimido em tornar-se opressor — não no sentido de perpetuar a opressão, mas de desejar um espaço simbólico e real de poder e reconhecimento.

Djamila traz um relato comovente. Já atuou na portaria, na área externa e chegou a ser convidada para a secretaria, mas não pôde assumir devido à perda de visão. Ao relembrar situações de desprezo e preconceito, emociona-se: “As pessoas tratam a gente como se fosse aquilo que a gente pega”. Essa afirmação traduz, de forma crua, a lógica desumanizante que ainda persiste nas relações laborais. Como afirma Arroyo (2017)

A segregação e as desigualdades brutais e persistentes, mesmo depois de tantos projetos e políticas de inclusão cidadãs pela escolarização, fazem parte dos processos de controle, de regulação social, política e cultural. Reproduzem as relações de classe. (Arroyo, 2017, p.129)

Djamila reconhece que não escolheu essa função e que, no início, sentia preconceito por realizá-la. Mas hoje, com experiência e autonomia, sente-se competente — mesmo que ainda seja subvalorizada. Sua trajetória é mais uma amostra de como a ausência de escolhas pode ser mascarada por uma adaptação forçada, que se confunde com aceitação.

Esperança, auxiliar de cozinha, compartilha um relato mais breve, mas igualmente significativo. Diz que agarrou a oportunidade por ser uma pessoa ativa e gostar de trabalhar, mas não deseja permanecer na área: “Pretendo fazer faculdade”. Seu relato mostra como a ausência de alternativas concretas pode ser romantizada como iniciativa. A questão que se impõe é: até que ponto essa “oportunidade” não se configura como um exemplo da mais-valia, em que o esforço individual é explorado sem a devida contrapartida de reconhecimento e valorização?

Maria do Rosário revela frustração e desilusão. Com formação técnica em enfermagem e radiologia, afirma: “Foi uma situação que ocorreu e eu me acomodei”. Trabalha há mais de uma década como servente, sem expectativas de ascensão. “Não tentei nada na área profissional, por pura desilusão.” Sua fala é atravessada por um sentimento de impotência, que se soma à sensação de insignificância: “Somos tratados como se fôssemos nada. A gente ouve: sujo porque tem quem limpe”.

Essa fala converge com a provocação feita por Pinheiro (2023): onde estão as pessoas negras nos espaços de decisão? Por que continuam a ocupar, predominantemente, os postos mais precarizados, subalternos e invisibilizados?

As narrativas dessas mulheres escancaram o lugar simbólico e real da limpeza e da cozinha na pirâmide social. Elas demonstram que, embora a raça não tenha sido explicitamente mencionada por todas como fator de exclusão, o gênero apareceu como um forte marcador de desigualdade. As tarefas relacionadas à manutenção e ao cuidado continuam sendo desvalorizadas, e, por extensão, desvalorizam quem as realiza.

Essa pesquisa, longe de se encerrar, abre caminhos para novos olhares e investigações — sobre gênero e trabalho, liderança e gênero, formação e gênero. As vozes ouvidas não trazem um ponto final, mas sim uma vírgula em um processo de escuta e análise que precisa continuar. Trazemos, assim, a metáfora do infinito: não se sabe onde começa ou termina essa história, mas é certo que as estruturas que sustentam o machismo, o racismo e a exclusão não desapareceram — apenas se redesenharam sob novas roupagens.

Os trajetos de Benedita, Fátima, Djamila, Esperança e Maria do Rosário revelam não apenas percursos individuais, mas mapas sociais de um país que ainda naturaliza a subalternidade feminina e precariza a mão de obra de milhares de mulheres. Reconhecer essas histórias é o primeiro passo para transformá-las. Que elas possam abrir novas trilhas — com dignidade, reconhecimento e justiça social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve início com uma pergunta central: como se constituiu historicamente o processo formativo das mulheres que atuam como merendeiras e auxiliares de limpeza no Colégio Estadual da Bahia – Central? A investigação percorreu caminhos que dialogam com as questões de gênero e raça, tendo como recorte específico a mulher negra. Ao revisitarmos as trajetórias formativas dessas trabalhadoras, evidenciou-se que, de forma hierárquica, o gênero aparece como o primeiro elemento limitador na construção do sujeito, seguido da raça.

A análise dos dados históricos relativos à discriminação da população negra — com ênfase na experiência das mulheres — revelou um cenário de exclusão sistemática, marcado por violência simbólica, negligência e invisibilidade. Os resquícios do sistema colonial, aliados à ausência de um letramento racial efetivo, fazem com que muitas dessas mulheres internalizem a culpa pela negação de direitos que, na verdade, lhes foram historicamente negados pelo Estado. Essa ausência de consciência crítica sobre a escassez de políticas públicas voltadas às minorias sociais colabora para um sentimento de fracasso pessoal frente a um problema estrutural.

A pesquisa também revelou que a discriminação associada à função profissional é um dos aspectos mais marcantes nos relatos das participantes. Há um sentimento constante de desvalorização e exclusão, mas também uma percepção clara da importância de seu papel no cotidiano escolar. As entrevistadas afirmam, com convicção, que sua atuação é essencial para que os demais profissionais possam exercer suas funções em um ambiente limpo e organizado.

Verificou-se que o modelo social excludente, herdado do período colonial, ainda se mantém vivo nas práticas e nas estruturas. Embora as políticas públicas tenham promovido avanços significativos, as práticas discriminatórias continuam a operar, de forma sutil ou explícita. A pergunta de investigação foi respondida: os caminhos formativos dessas mulheres foram, em grande medida, atravessados pela maternidade e pela necessidade de trabalhar desde cedo. Todas concluíram o ensino médio, muitas vezes por meio da Educação de Jovens e Adultos, mas a continuidade dos estudos esbarra em barreiras relacionadas a crenças, valores e condições materiais.

A formação no ambiente de trabalho aparece como uma lacuna relevante em suas trajetórias profissionais. Muitas relatam a ideia de que o trabalho de limpeza é “natural” para a mulher, como se não exigisse preparo. No entanto, os relatos revelam a necessidade de formação não apenas técnica, mas voltada para o reconhecimento social do valor de seu trabalho — uma formação que contribua para o empoderamento e para o enfrentamento das desigualdades.

Por fim, a pesquisa demonstrou que mais do que “dar voz”, é preciso escutar verdadeiramente o que essas vozes, historicamente silenciadas, expressam por meio de suas ações e reflexões. Escutá-las é um passo fundamental para repensar o lugar da mulher negra, trabalhadora, nos diversos espaços sociais. Para que o direito à educação ao longo da vida se

efetive, torna-se imprescindível a implantação de políticas de formação em serviço, que não apenas qualifiquem as práticas profissionais, mas também promovam o letramento racial. Esse processo é essencial para que as estruturas sociais que perpetuam a exclusão sejam compreendidas, confrontadas e transformadas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998. - (Prismas).
- ARRAES, Jarid. Heroínas Negras Brasileiras: em 15 cordéis. Editora Seguinte, 2020.
- ARROYO, Miguel G. Passageiros da Noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma via justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- \_\_\_\_\_. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. In: Leôncio (org.) Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- Agência IBGE notícia. Disponível em: <https://11nk.dev/EzX8a>. Acesso em 18 de jun.2023.
- \_\_\_\_\_. Disponível em: <https://11nk.dev/DNPRJ>. Acesso em 17 de dez. 2023.
- \_\_\_\_\_. Disponível em: <https://acesse.one/mhhea>. Acesso em 22 de abr. 2024.
- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Mulher negra. Disponível em: <https://shre.ink/DYtR>. Acesso em 31 mai. 2024
- \_\_\_\_\_. Formação. Disponível em: <https://shre.ink/DYLV>. Acesso 31 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. Inclusão social. Disponível em: <https://shre.ink/DY37>. Acesso em 31 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. Trabalhadora. Disponível em: <https://shre.ink/DY78>. Acesso 31 mai. 2024
- Bibliotecas do Maranhão. Disponível em: <https://bibliotecasma.org/trancas-nago/> . Acesso em 14 de dez 2023
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://acesse.one/XaBI6> .Acesso em 05 de jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. Documento nacional preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.
- BURKE, P. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1991.

CONGADAR. Tranças Nagô. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dgrd0C\\_ji54](https://www.youtube.com/watch?v=dgrd0C_ji54). Acesso em 29 de jun. 2024.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação. Mulher negra. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 31 mai. 2024.

Ensinar História. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/esperanca-garcia-a-escrava-que-escreveu-uma-peticao-ao-governador>. Acesso em 05 out. 2024

\_\_\_\_\_. Formação. Disponível em: Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES. Acessado em 31 mai. 2024

\_\_\_\_\_. Inclusão social. Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES Disponível em: Acessado em 31 mai. 2024

\_\_\_\_\_. Trabalhadora. Disponível em: Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES. Acesso em 31 mai. 2024.

DAVIS, Ângela Y. et al. Abolicionismo. Feminismo. Já. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

DIPIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Educação. Social, Campinas, v. 26, n. 92, p. 11151139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 21 mai. 2024.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado(org). Escrivivência a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.1.ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Educação como prática da liberdade. 52.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

\_\_\_\_\_. Extensão ou comunicação: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

Informe MIR- Monitoramento e avaliação- nº 2- Edição Mulheres Negras. Brasília-DF- setembro de 2023. Disponível em: <https://11nk.dev/zrmSQ>. Acesso em 31 mar 2024

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://acesse.one/Zvlwa>. Acesso em 15 set 2024.

Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971 – Disponível em: [https://encr.pw/pt0y6\\_](https://encr.pw/pt0y6_). Acesso em 31 mai. 2024.

BENTO, Leonardo *et al.* Manual para escolas antirracistas. Disponível em: Manual Para Escolas Antirracistas ([caminoschool.com.br](http://caminoschool.com.br)). Acesso em 15 set 2024.

História - O destino dos negros após a Abolição. IPEA.gov.br, 2011. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28). Acesso em 19 out.2024.

Mapa do Analfabetismo no Brasil. Disponível em: <https://acesse.one/Rfzo8> .Acesso em 31 mai. 2024.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da Educação no Brasil, 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MELO, Maria de Nazaré Santos; SANTOS, Maysa Leite Serra. Sabinada: o conflito regencial na Bahia. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.3, p. 23707-23724, 10 mar 2021

MEMÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA – CENTRAL: TRAJETÓRIA DE EXCELÊNCIA, DECLÍNIO E DESCASO. Disponível em: <https://tinyurl.com/23eh9sud>. Acesso em 19 set. 2024

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do Estado. Trabalho, educação e saúde, v. 4, p. 395-416, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462006000200011>

NASCIMENTO, Beatriz. Narrativas transatlânticas de mulheres negras, 1 ed. Salvador: Ed. Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022.

Novembro Negro: conheça algumas expressões racistas e seus significados. Disponível em: <https://11nk.dev/XX6xv>. Acesso em 19 nov. 2024

PEREIRA, Antonio. Pesquisa de intervenção em educação. Salvador: Eduneb, 2019.

PEREIRA, Ariovaldo Lopes; LACERDA, Simei Silva Pereira de. Letramento racial crítico: uma narrativa autobiográfica. *Travessias*, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2019.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Carla Liane Nascimento dos, DANTAS, Tânia Regina. Processos de Afrobetização e Letramento de (Re)Existências na Educação de Jovens e Adultos. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 1. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/96659>. Acesso em 02 de jul. 2022.

SANTOS, Marcos Ferreira dos. Ancestralidade e convivência no processo identitário: a dor do espinho e a arte da paixão entre Karabá e Kiriku. Educação antirracista: caminhos abertos pela

Lei Federal nº 10.639/03, Brasília, p. 205-229, 2005. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume2\\_educacao\\_anti\\_racista\\_caminhos\\_abertos\\_pela\\_lei\\_federal\\_10639\\_2003.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf). Acesso em 09 de set. 2024

SILVA, Ana Célia. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-06.pdf> . Acesso em 20 mai de 2024

SILVA, Maria Nilza da. A Mulher Negra. Revista Espaço Acadêmico. Ano II, nº 22. mar de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acesso em 02 jul. 2022.

SISTEMA ESCOLAR. Disponível em: <https://tinyurl.com/2nnrc3c3>. Acesso em 19 set. 2024

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 14<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ZANELLO, Valeska, SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/revista\\_bioetica/article/view/745/776](https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/745/776). Acesso em 19 out. 2024